

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso****Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009****LEITURA DO ESPAÇO URBANO E ENSINO**

Maria Cleci Venturini

mariacleciventurini@hotmail.com

Doutorado em Estudos Linguísticos - UFSM

Universidade Estadual do Centro-Oeste- PR (UNICENTRO)

O objeto de nossa reflexão, com esse texto, é a relação análise de discurso/ensino pelo viés da noção de sujeito. Isso porque a educação como prática política realiza-se entre sujeitos, num movimento em que professor e aluno significam e são significados por/nesse discurso pela posição que ocupam na formação discursiva da educação e pelas filiações e identificações que os constituem como sujeitos do fazer pedagógico. Para fins de análise, buscamos quatro sujeitos em funcionamento no *corpus* recortado: o professor (que dirige o processo educacional), a instituição escola e o programa PDE (discurso institucional: SEED e SETI), a orientadora (lugar da Universidade, submetido a orientações institucionais) e o aluno (do seu lugar social e na escola). No funcionamento discursivo os quatro sujeitos delimitados não são sujeitos empíricos, mas posições-sujeitos em diferentes formações discursivas relacionadas a formações ideológicas que definem uma formação social. Vale destacar a ênfase dada ao sujeito-professor e ao sujeito-aluno, os quais se constituem por determinações sociais, ideológicas e institucionais, mas se veem, especialmente o professor, como coordenador do processo ensino-aprendizagem, respondendo por ele junto às instituições.

O funcionamento dos discursos do professor e do aluno, como sujeitos do fazer pedagógico, autoriza-nos a sustentar a interlocução entre a Análise do Discurso, como disciplina de entremeio e o ensino, como prática política. Os sujeitos participantes da prática de leitura, que recortamos para análise, inserem-se em formações sociais, em práticas da leitura e de escritura de textos que enfocam o espaço urbano, em ambiente de sala de aula, permeados pelas representações sujeito-autor e sujeito leitor, em um funcionamento pelo qual cada um pressupõe e reclama o outro no entrecruzamento entre aquele que escreve e aquele que lê. Nessa reversibilidade vemos o professor como autor e também como leitor. Autor, à medida que escolhe/recorta textos, e leitor, tendo em vista que para selecionar

esses textos ocupa um lugar, exerce uma função e se constitui por um efeito-leitor, o que decorre de gestos de interpretação mobilizados e da apropriação de saberes constitutivos do interdiscurso.

O aluno cumpre o seu papel de leitor, ocupando o lugar social daquele que recebe, pela ação do professor, textos a serem lidos/interpretados/compreendidos, em um funcionamento tal que o professor constituído pelas evidências de que exerce o domínio sobre o aluno e que “controla” os sentidos, algumas vezes, desconsidera o efeito-leitor, pelo qual, segundo Orlandi (1988, *Discurso e leitura*), o aluno cumpre uma função, mas também se constitui pelos efeitos da leitura efetivada, por meio do interdiscurso, enquanto memória do dizer, que se relaciona às formações discursivas em que se inscrevem. Na escola, enquanto lugar em que se realiza a prática política entre sujeitos, o aluno além de ser leitor, é também autor. O professor, da posição-sujeito de coordenador do processo ensino-aprendizagem, solicita que o aluno escreva e exerça a função interpretativa. Em relação ao nosso objeto de análise, foi justamente o lugar de autor que chamou a atenção para o aluno, enquanto sujeito do dizer, interpelado pelo funcionamento da ideologia. Do seu lugar social ficou visibilizada a sua representação, enquanto sujeito, e o que faz sentido para ele no espaço urbano e na mídia. O professor, de um lado, leu o espaço da cidade, fotografou-o, interpretou as suas interdições/coerções e também da mídia e o fez um de um lugar determinado pelo imaginário constituído em torno do aluno e dele, professor. No entanto, as respostas dadas pelos alunos por meio de seus textos surpreenderam, à medida que o professor fotografou na cidade espaços que encaminhavam para o misticismo, a religiosidade, o respeito à natureza, mostrando pelos enunciados das placas e das orientações presentes nelas, que os sujeitos urbanos, porque vivem em sociedade, devem submeter-se a determinações sociais, que os ajudam a bem viver. No entanto, em seus textos, os sujeitos não viram essas determinações, nem a beleza da cidade, nem os direitos e deveres do cidadão no espaço urbano. Enquanto sujeitos desejantes, eles priorizaram o prazer de sair da sala de aula, de andar pela cidade, de levar uma merenda diferente, mostrando que o imaginário constituído em torno deles pela professora, não é o mesmo que eles fazem deles mesmos.

Antes de adentrar o nosso objeto e de descrever o *corpus* analítico, pensamos ser relevante marcar os pontos que ancoram e legitimam a aproximação entre a Análise de Discurso/ensino e, por/nisso a nossa entrada na ordem desse discurso. O primeiro fio na tessitura dessa rede de sentidos no domínio discursivo e político, em torno dessa relação, sustenta-se no lugar que ocupamos na formação discursiva da educação e do discurso. A nossa inscrição nos fundamentos teóricos dessa disciplina, constituída nos entremeios de outras disciplinas, e isso significa, segundo Orlandi (2004, p. 24, *Interpretação: autoria, leitura e efeitos de sentido*) que ela se forma “em um campo de contradição [...] aproveitando a outra disciplina, ao revés.” Como disciplina, a AD tem como objeto o discurso e como centro o sujeito, interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, o que nos autoriza a entrar nessa ordem. Entendemos, na esteira de Orlandi (*idem*), que filiar-se em uma disciplina que abriga o contraditório significa inscrever-se em formações sociais e discursivas, nas quais a linguagem simboliza/constitui realidades, por meio do movimento do sujeito e da língua na história, negando a

homogeneidade, porque vê o efeito de saturação do discurso como uma simulação, relacionada à ficção.

Outro fio constitutivo da tessitura dessa rede de sentidos e que nos ancora e legitima na ordem desse discurso é, de um lado, o trabalho desenvolvido na sala de aula (graduação em Letras, na disciplina Estágio Supervisionado) e na orientação de professores da rede estadual de ensino no Paraná, no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). E, de outro lado, as atividades desenvolvidas, por muitos anos, na educação básica (ensino fundamental e médio) nas disciplinas de língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Essa atuação, como sujeitos da prática pedagógica, significa em/por nós pela inscrição no domínio do político, permitindo-nos sustentar que o sujeito/professor, apesar dos assujeitamentos e atravessamentos que o constituem, inscreve-se nesse domínio, filiando-se, assim, em determinadas formações discursivas e não em outras. Com isso, dizemos que, assim como o aluno e o professor, continuamos sendo sujeitos na formação discursiva da educação, enquanto analistas e professores, tendo em vista redes de sentido, pelas quais nos identificamos a esse processo. Do nosso lugar de sujeitos, lemos a relação AD/ensino de lugares marcados: o de formador de professores, e dessa forma, de um lado, interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente, enquanto sujeitos desejantes e, por isso, incompletos e divididos; e, de outro lado, pela memória constitutiva do nosso discurso pelos efeitos de rememoração/comemoração da nossa prática pedagógica pela memória, que atualiza os sentidos, quando também lemos/interpretamos/compreendemos os alunos e a instituição escolar como textos (Venturini, 2009, *Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração*), não como um lugar, mas a partir de memórias e imaginários em funcionamento, que significam aí. Nesse sentido dado ao texto, também fomos lidos/interpretados/compreendidos pelos alunos, pelos textos que levávamos, pelas identificações, contra-identificações e desidentificações em determinadas formações discursivas. Esses lugares, memórias e funcionamentos autorizam e legitimam o nosso dizer e a definição do professor, do aluno e das instituições de ensino como textos, pois entendemos que eles encaminham para discursos.

Diante dessas considerações, e pensando na relação ensino/análise do discurso, recortamos para fins de análise o projeto de intervenção pedagógica “Leitura na perspectiva discursiva”, desenvolvido em 2009, pela professora Cristina Iubel, uma de nossas orientandas no Programa de Desenvolvimento Educacional. O PDE é um programa de política educacional, com vistas à formação continuada, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná- SEED, em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior-SETI. O objetivo desse programa é estabelecer o diálogo entre os professores da Educação Superior e os da Educação Básica, por meio de um conjunto de atividades organicamente articuladas, que possibilitem a produção de conhecimentos e resultem em mudanças qualitativas na prática pedagógica desses docentes. Para isso, organizam um processo de seleção de professores da rede, os quais ficarão durante um ano letivo fora da sala de aula, em formação continuada.

Esses professores serão orientados por docentes universitários de sua área, abrangendo, na área de letras, o ensino de língua, a lingüística, prática de ensino e a literatura em suas interfaces com a língua. No primeiro semestre, eles escolhem um orientador, buscando a fundamentação teórica que os ajudem a escrever o projeto a ser desenvolvido no semestre seguinte, o qual poderá estruturar-se em forma de Caderno Pedagógico, direcionado aos professores, ou Caderno Folhas, destinado aos alunos da rede. No terceiro semestre, o Caderno Pedagógico ou o Caderno Folhas será desenvolvido nas escolas, junto a professores ou a alunos. Simultaneamente à implementação nas escolas, o projeto é inscrito em GTRs (Grupos de Trabalho), buscando atingir seus pares por meio do *moodle*, promovendo discussões de questões teóricas e práticas que envolvem o projeto elaborado anteriormente. No último semestre, retomam as questões teóricas, as discussões do GTR e o trabalho realizado na escola e então, escrevem um artigo científico, encerrando a sua participação no PDE. Os professores das universidades, além de atuarem como orientadores, dão cursos específicos a esses professores, e por meio desses cursos, põem em circulação suas pesquisas, aliando-as aos interesses do grupo de professores PDE e da escola, enquanto instituição.

Nosso objetivo ao selecionar o projeto desenvolvido pela professora PDE para pensar a relação entre a Análise do Discurso e o Ensino, pela noção de sujeito, foi observar o movimento do professor, em seu funcionamento discursivo, por meio da seleção de textos do espaço urbano, realizados por ela e os recorte efetivados em torno da mídia, enquanto constituidora/agenciadora desse espaço. Para dar conta desse objetivo, buscamos a unidade didática elaborada por ela, observando os textos selecionados e os recortes em torno da mídia, englobando músicas, texto literário, filmes e fotografias de placas do espaço urbano. Esse projeto ,desenvolvido com alunos da 5ª. Série, do Colégio Estadual Mahatma Gandhi, de Guarapuava - uma turma de apoio - ou seja, de alunos com dificuldades de aprendizagem , que necessitam de atendimento especial . O objetivo da professora, com esse projeto, foi proporcionar a esses alunos a leitura de uma diversidade de materialidades discursivas, com enfoque no espaço urbano e na mídia que o interpreta e constitui.

Para isso, a professora deu visibilidade ao texto, como contrapartida do discurso, não como unidade fechada nela mesma, mas segundo Orlandi, (2004, *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*), enquanto objeto simbólico, que abre para as múltiplas possibilidades de sentido. Para isso selecionou textos em torno do Discurso Urbano e da mídia, buscando construir redes de sentidos, de forma que uma materialidade encaminhasse para outra, e os alunos pudessem “preencher” as possíveis falhas com pesquisas e questionamentos. Estruturou a unidade didática a partir de músicas (3ª. Pessoa do Plural, Engenheiros do Hawaii, Eu Etiqueta, de Carlos de Andrade). À medida que ouviam as músicas, alunos e professora pensavam as questões de língua, os efeitos de sentido decorrentes da 3ª. pessoa do plural (eles), no discurso, e do sentido de “etiqueta”, relacionada ao espaço urbano e à mídia. Um fragmento da “Moça Tecelã”, de Marina Colassanti, foi lido com os alunos e as discussões encaminhadas em torno da insatisfação de sujeitos,

que buscam sempre mais. Em seguida, os alunos buscaram o texto integral, na internet, com o objetivo de construir imaginários de necessidades, as quais muitas vezes são “criadas” pela mídia.

Além disso, a professora fotografou espaços públicos. A primeira placa é de uma trilha do Parque das Araucárias, de Guarapuava. O enunciado veiculado nela é: O que as trilhas esperam de você” ; a segunda placa, veiculada no mesmo parque, constitui-se do enunciado “Neste local não é permitido”; a terceira, é a do *Santuário de Schoenstatt-Guarapuava/PR* e o enunciado de base é: “Silêncio: o lugar que te encontras é Terra Santa”; a quarta, é a de acesso ao templo budista - Foz do Iguaçu/PR) e o enunciado em destaque é “Por favor, respeitar os itens abaixo”. Como se vê, as placas “determinam” os comportamentos dos sujeitos, dizendo o que eles podem/devem fazer, funcionando como interdição, coerção . Com relação às questões de língua, ela enfatizou não os aspectos estruturais, mas os efeitos de sentidos e a exterioridade que os textos reclamam para serem lidos/interpretados/compreendidos. Com isso, considera que a língua, segundo Orlandi (1996, p. 30, *Exterioridade e Ideologia*), “não é só um código ou um instrumento de comunicação ideologicamente neutro. Nem apenas um sistema abstrato. Não há conteúdos ideológicos, há funcionamento, modo de produção de sentido ideologicamente determinados”. Ela se constitui pela falta e pela falha e o sentido, segundo Pêcheux (1997, p. 160, *Semântica e Discurso: afirmação do óbvio*), “não existe em si mesmo”, a sua existência liga-se às formações discursivas, de forma que a língua “é o lugar material em que o inconsciente e a ideologia se articulam”, (Orlandi, *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*).

Tendo em vista essas considerações entendemos que o professor, em seu funcionamento discursivo, recorta realidades (e o que as estrutura) e o faz a partir de uma determinada posição-sujeito na formação discursiva da escola e da formação social. No entanto, o que *pode/deve* ser dito por ele, resulta da leitura/interpretação/compreensão que faz do aluno, em seu duplo funcionamento: como texto e como interlocutor no discurso escolar. Queremos dizer, com isso, que as determinações do que *pode/deve* constituir o discurso do professor relaciona-se às projeções imaginárias decorrentes da interpretação do aluno, pelo mecanismo de antecipação que ocorre pela reversibilidade dos sujeitos. Nesse funcionamento, o locutor desloca-se para a posição-sujeito do aluno (interlocutor), buscando identificar-se com ele. Desse lugar, o professor “vê” o aluno, a escola e a formação social, como o contexto imediato do seu discurso, a partir do qual determinados sentidos são legítimos e outros não. Isso significa que todo o seu *dizer/fazer* considera as formações imaginárias e as projeções/antecipações em torno do aluno (sujeito/objeto da prática pedagógica), da escola (instituição) e da formação social (a comunidade em que a escola está inserida), estruturando-se por meio do funcionamento ideológico, constitutivo das formações discursivas e suas formas-sujeito.

Nesse funcionamento, e como vimos na descrição da seleção de materialidades, o professor ocupa o lugar discursivo de sujeito no discurso educacional, tendo em vista o poder que legitima/autoriza o seu fazer pedagógico. Ancora-se em outros discursos, em formações discursivas e

ideológicas, das quais decorrem as seleções de texto, de enfoques e de autores a serem trabalhados. Assim, o professor, de acordo com Orlandi (2004, p. 92, *Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos*), estrutura-se pelo “imaginário discursivo da unidade, da sua autonomia, da sua responsabilidade, face aos sentidos”. Desse lugar, ele *pode/deve* recortar realidades e o faz de acordo com a sua filiação a redes de sentido e com sua inscrição em determinadas formações discursivas. As materialidades textuais e discursivas levadas aos alunos dão visibilidade, portanto, às teias simbólicas, que se entrelaçam na linguagem e significam o professor enquanto sujeito, estruturado pela ilusão de ter o domínio do processo ensino-aprendizagem, esquecendo-se de que a escola é um aparelho ideológico a serviço das instituições e que ele, professor, é alcançado pelas interdições e coerções institucionais, de acordo com Foucault (2004, *Ordem e Discurso*), além de interpelado pelo funcionamento da ideologia e pelos atravessamentos do inconsciente constitutivos do seu dizer, o qual não é lhe acessível e compreensível, em seu todo.

O aluno, ao mesmo tempo sujeito e interlocutor do discurso pedagógico, constitui-se como sempre já-sujeito e, por isso, busca identificar-se ao professor, vendo-o como o seu outro, significando-o como texto que precisa ser lido/interpretado/compreendido, tendo em vista a prática política educacional permeada pela ordem e organização que o professor representa. À medida que lê/interpreta/compreende o professor, enquanto texto, o aluno constitui em torno dele, um imaginário, a partir do qual passa a atuar, sabendo por esse imaginário o que *pode/deve* ou *não pode/não deve* escrever ou dizer em seus textos ou na sala de aula. A constituição desse imaginário em torno do professor sinaliza para evidências do funcionamento do ensino como prática política, em que o sujeito alicerça as relações pela imagem que faz de si mesmo e do outro, buscando a constituição de um “nós”, em forma de identificação.

Enquanto sujeito político, o aluno constitui, também, imaginários em torno da escola e do seu funcionamento, como instituição sócio-histórica. Por essa leitura o aluno, porque é sujeito, segundo Orlandi (2004, p. 10, *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do simbólico*) está condenado a interpretar. Assim, ele interpreta a escola, enquanto instituição e como tal, regula os gestos de interpretação, “dispondo sobre o que se interpreta, como se interpreta, e em que condições”. Por isso, o aluno, pelas projeções imaginárias, significa a escola, significando por meio desse gesto a si mesmo e ao professor. Essa leitura resulta na compreensão do funcionamento institucional, permitindo visualizar as interdições e coerções estruturantes do seu fazer/dizer/ser e, de certa forma, também do seu ver, enquanto sujeito, ocupando o lugar de aluno. Pelas leituras e interpretações do professor, da escola e de si mesmo, o sujeito-aluno se autoriza e se legitima a ocupar o lugar de leitor e produtor de textos.

Essas leituras/escrituras entrelaçam nelas/por elas o real da língua e o real da história, reforçando filiações e inscrições em formações discursivas heterogêneas, constituídas de fronteiras que se deslocam, dando visibilidade a sujeitos divididos, incompletos. Esses sujeitos são interpelados pela ideologia e pelo inconsciente, e o sentido do que dizem/escrevem/lêem lhes escapa, pois nunca

significam o todo. As repetições e as redes parafrásticas que tecem seus textos reforçam filiações e, por vezes, instauram o equívoco. Assim, o que fez/faz sentido para o professor passa despercebido para eles. Foram apresentados fragmentos do espaço urbano, mostrando santuários e neles placas com enunciados indicativos do que se pode/fazer/dizer nesses lugares: em parques ecológicos e nas placas puderam ler que devemos preservar a natureza, mas quando relataram seus passeios “esqueceram” esses enunciados, pois o sentido deles não os alcançou... É importante que se diga, para concluir, que a leitura realizada em torno desse projeto e dos resultados, privilegia não a língua, mas a linguagem simbolizadora/constituidora de realidades, as quais nem sempre nos agradam, mas se constituem pelo efeito de real da língua e da história e permitem aproximar a análise do discurso e o ensino.